

**AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO DE  
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA Nº 01/1998-ANEEL**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ – COELCE**

**JANEIRO/2004**

**AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL**

**PROCESSO Nº 48500.004388/98-45**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE  
CONCESSÃO Nº 01/1998 – ANEEL DE  
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, QUE  
CELEBRAM A UNIÃO E A COMPANHIA  
ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE.**

A UNIÃO, na condição de Poder Concedente, no uso da competência que lhe confere o art. 21, inciso XII, letra "b", da Constituição Federal, por intermédio da **AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL**, em conformidade com o disposto no inciso IV, art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, autarquia em regime especial, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.270.669/0001-29, com sede no SGAN, Quadra 603, módulo "J", Anexo, Brasília, Distrito Federal, neste ato representada por seu Diretor-Geral, José Mário Miranda Abdo, nos termos do inciso V, art. 10, Anexo I - Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, doravante designada simplesmente ANEEL, e a **COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE.**, concessionária de serviço público de energia elétrica, com sede na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Avenida Barão de Studart, nº 2.917/83, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.047.251/0001-70, autorizada a funcionar pelo Decreto Federal nº 69.469, de 05.11.1971, doravante designada simplesmente **CONCESSIONÁRIA**, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor-Presidente, Cristián Eduardo Fierro Montes e por seu Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com os Investidores, Antonio Osvaldo Alves Teixeira, com interveniência do acionista controlador. **INVESTLUZ S.A.**, com sede na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Avenida Barão de Studart, nº 2.917/83, representada na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor sem Designação Específica, José Renato Ferreira Barreto e por sua Diretora sem Designação Específica, Sílvia Cunha Saraiva Pereira, neste ato denominada **ACIONISTA CONTROLADOR**, por este instrumento e na melhor forma de direito resolvem firmar o PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA Nº 01/98 - ANEEL, celebrado em 13 de maio de 1998.

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL	
VISTO	

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 01/1998-ANEEL:

I - formalizar a incorporação pela CONCESSIONÁRIA da empresa DISTRILUZ Energia Elétrica S.A., nos termos e condições autorizados pela Resolução nº 269, de 15 de setembro de 1999, publicada no D.O. de 16 de setembro de 1999.

II - alterar a redação da Terceira Subcláusula da Cláusula Quinta – Encargos da Concessionária, bem como suprimir a Quarta Subcláusula da Cláusula Quinta, renumerando desta forma as demais Subcláusulas da Cláusula Quinta do Contrato de Concessão nº 01/98-ANEEL.

III - acrescentar a Quinta, a Sexta e a Sétima Subcláusulas à Cláusula Nona – Penalidades, do Contrato de Concessão nº 01/98-ANEEL.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA INCORPORAÇÃO

Para formalizar a incorporação de sua controladora DISTRILUZ Energia Elétrica S.A., a Companhia Energética do Ceará – COELCE, se compromete a cumprir integralmente as seguintes obrigações:

I - manter contabilização separada de todos os valores refletidos na COELCE em função da incorporação, segregando-os das demonstrações econômicas e financeiras da concessionária e disponibilizando-os para a fiscalização da ANEEL, juntamente com as demais informações relacionadas e decorrentes da incorporação;

II - proceder a amortização do ágio objeto da incorporação, segundo a curva baseada na rentabilidade futura, e no prazo remanescente da concessão, conforme Anexo Único da mencionada Resolução nº 269/99. A referida curva poderá ser revisada anualmente, a critério da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF, da ANEEL, em função dos resultados realizados na COELCE, comparativamente aos dados projetados e apresentados nos estudos elaborados pela concessionária,

III - não considerar, em nenhuma hipótese, os reflexos da incorporação, para efeito de avaliação do equilíbrio econômico e financeiro da concessão, inclusive quanto aos custos a serem cobertos pela tarifa e os investimentos a serem remunerados, porquanto os mesmos não serão considerados, em nenhum momento, para fins de reajuste ou revisão tarifária.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA

A Cláusula Quinta – Encargos da Concessionária, do Contrato de Concessão nº 01/98-ANEEL, com as modificações introduzidas pelo item II da Cláusula Primeira deste Primeiro Termo Aditivo passa a ter a seguinte redação:

### “CLÁUSULA QUINTA – ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA

.....

**Terceira Subcláusula** – “A CONCESSIONÁRIA implementará medidas que tenham por objetivo a conservação e o combate ao desperdício de energia, devendo elaborar, para cada ano subsequente, programa de incremento à eficiência no uso e na oferta de energia elétrica que contemple a aplicação de recursos de, no mínimo, 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) da sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL	
VISTO	

elétrico, e, no mínimo, 0,25 (vinte e cinco centésimo por cento) em programas de eficiência energética no uso final, observado o seguinte:

I - Até 31 de dezembro de 2005, os percentuais mínimos definidos no "caput" deste artigo serão de 0,50 (cinquenta centésimo por cento), tanto para pesquisa de desenvolvimento, como para programas de eficiência energética na oferta e no uso final da energia.

II - É facultado à CONCESSIONÁRIA a aplicação de montante superior a 1% (um por cento) da receita anual no referido programa. Esse programa anual, que contém metas físicas e respectivos orçamentos, deverá ter como objetivo a redução das perdas técnicas e comerciais globais, bem como ações específicas voltadas ao uso da energia de forma racional e eficiente por parte dos consumidores e ser apresentado ao PODER CONCEDENTE até 30 de setembro de cada ano."

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS PENALIDADES

A Cláusula Nona do Contrato original passa a vigorar com a seguinte redação, acrescidas das Subcláusulas Quinta, Sexta e Sétima:

#### "CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

.....

**Quinta Subcláusula** - No caso de descumprimento dos procedimentos firmados na Cláusula Segunda – DA INCORPORAÇÃO de que trata este Primeiro Termo Aditivo, a CONCESSIONÁRIA estará sujeita à multa sobre o valor do seu faturamento correspondente aos últimos 12 (doze) meses anteriores à lavratura do Auto de Infração, com a seguinte graduação:

I – descumprimento dos incisos I e II, multa de até 1% (um por cento), e.

II – descumprimento do inciso III, multa de até 2% (dois por cento).

**Sexta Subcláusula** - Para os fins de que trata a Quinta Subcláusula desta Cláusula, entender-se-á por valor do faturamento as receitas oriundas da venda de energia elétrica e prestação de serviços, deduzidos o valor do ICMS e do ISS inerentes a tal faturamento.

**Sétima Subcláusula** - O descumprimento das obrigações da Terceira Subcláusula da Cláusula Quinta do Contrato nº 01/98, bem como das metas físicas estabelecidas nos Programas anuais, ainda que parcialmente, sujeitará a CONCESSIONÁRIA à penalidade de multa, limitada esta ao valor mínimo que deveria ser aplicado em Programa de Pesquisa e Desenvolvimento. Havendo cumprimento das metas físicas, sem que tenha sido atingido o percentual mínimo estipulado na Terceira Subcláusula da Cláusula Quinta, a diferença será obrigatoriamente acrescida ao montante mínimo a ser aplicado no ano seguinte, com as conseqüentes repercussões nos programas e metas."

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL	
VISTO	

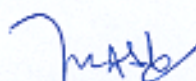
### CLÁUSULA QUINTA - DISPOSIÇÕES GERAIS

Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 01/98 - ANEEL, celebrado em 13 de maio de 1998, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Primeiro Termo Aditivo.

Assim, havendo sido ajustado, fizeram as partes lavrar o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, que são assinadas pelos representantes da ANEEL, da CONCESSIONÁRIA e do ACIONISTA CONTROLADOR, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas, para que produza os devidos fins e efeitos legais.

Brasília, 12 de Fevereiro de 2004.

PELA ANEEL:



**JOSÉ MÁRIO MIRANDA ABDO**  
Diretor-Geral

PELA CONCESSIONÁRIA:



**CRISTIÁN EDUARDO FIERRO MONTES**  
Diretor-Presidente



**ANTONIO OSVALDO ALVES TEIXEIRA**  
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações  
com os Investidores

PELO ACIONISTA CONTROLADOR:



**JOSÉ RENATO FERREIRA BARRETO**  
Diretor sem Designação Específica



**SILVIA CUNHA SARAIVA PEREIRA**  
Diretora sem Designação Específica

TESTEMUNHAS:



Nome: **JOSÉ CAMINHA ALENCAR ARAÚJO JR.**  
CPF: **059.485.173-49**



Nome: **JANDIRA AMÉLIA NASCIMENTO**  
CPF: **057.357.601-54**

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL	
VISTO	

